



Travessia

IMPRESSO ESPECIAL
CONTRATO
Nº 7317828505
ECT/DRIMG/CENTRO
APESJF SSind. PUBLICAÇÕES

Abril/2010
Nº 68

PL 549 propõe congelamento salarial para Servidores Públicos Federais



Servidores protestam em Brasília em 15/04

Foto ANDES

Projeto já foi aprovado no senado
Recuo salarial pode ser de 25%
Servidores protestam em Brasília
Docentes e SPFs se mobilizam em todo o país, pág 6 e 7

Docentes se preparam para eleição do ANDES-SN

A APESJF está convocando seus sindicalizados para a eleição da Diretoria do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior ANDES-SINDICATO NACIONAL, para o Biênio 2010/2012, que vai se realizar nos dias 11 e 12/05.

A participação de todos é importante para o fortalecimento das lutas do ANDES-SN, em defesa da educação brasileira e por melhores e mais dignas condições de trabalho para os docentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

Da chapa, além da professora Marina Silva como Presidente, faz parte também o atual Secretário Geral da APESJF, Prof.º Márcio Antônio de Oliveira, pág 6



Professores fazem inscrição de chapa junto à comissão eleitoral

A eleição para a Reitoria da UFJF terá chapa única, com os professores Henrique Duque e José Luiz Resende que concorrem à reeleição. Veja calendário de debates na pág. 4

[Veja ainda](#)

Assessoria Jurídica da APESJF propõe duas novas ações, pág. 4

Setor das IFES propõe eixos para a campanha salarial 2010, pág. 2

Pec 341 ameaça direitos trabalhistas, pág 7

Artigo
Via São Pedro ou BR 440? Pág. 8

Editorial

O intenso ano eleitoral que teremos em 2010 se inicia para os professores da UFJF em dois processos importantes para a definição dos rumos da universidade. Em suas especificidades, ambos assinalam os desafios e as perspectivas para a continuidade dos debates e embates acerca de temas já pautados na primeira década deste século.

O primeiro processo eleitoral que vivenciamos diz respeito à eleição de nosso Sindicato Nacional, o ANDES-SN. Apresentando chapa única, o comparecimento às urnas nos dias 11 e 12 de maio é de grande importância para o fortalecimento das lutas em defesa da educação e de melhores condições materiais e de trabalho. A participação no pleito eleitoral de nosso sindicato significa reiterar uma prática de estabelecer propostas para o conjunto da categoria, tendo como sua referência a condução democrática, a diversidade de idéias e a pluralidade de ações que vêm se consolidando por meio de árduas e difíceis conquistas entre os docentes.

Uma das mais importantes conquistas que tiveram o protagonismo do movimento docente foi, sem dúvida, a eleição para Reitor nas universidades. E, nos dias 19 e 20 do mesmo mês em que se realizam as eleições sindicais, professores, técnico-administrativos e estudantes terão a responsabilidade de conduzir mais um pleito que define a direção da UFJF para o período de 2010 a 2014.

É importante ratificar a eleição para Reitor como uma expressão da autonomia de professores, técnico-administrativos e estudantes na definição dos rumos de nossa universidade. Qualquer investida heterônoma que se apresente como alternativa aos legítimos interesses desses segmentos pode ferir uma conquista histórica que se instituiu como uma contribuição ao processo de democratização da sociedade brasileira.

Mas é preciso salientar que o exercício do voto não esgota o processo de democratização de nossa universidade e tampouco nossa participação política. Ao contrário. A escolha do nosso dirigente máximo incentiva a cobrança, por parte dos docentes, de compromissos, posturas e projetos em consonância com os interesses da comunidade acadêmica.

Nesse sentido, retomar as discussões em torno das condições do trabalho docente se configura como uma das tarefas mais prementes para que a nossa universidade confirme sua vocação como instituição que conduz, de maneira indissociável, o ensino, a pesquisa e a extensão. Cabe, então, questionar a forma como tem sido levada a expansão do ensino superior que pode acirrar divisões entre docentes pesquisadores e professores cujas atividades se restringem ao ensino precarizado por conta das metas do Reuni ou das flexibilizações provocadas pela UAB.

De fato, existem muitas contradições que envolvem o trabalho docente e merecem ser discutidas desde já pela categoria. Uma delas diz respeito ao recente PL 549 que propõe congelamento salarial para Servidores Públicos Federais até 2019. Já aprovado no Senado, o projeto implica o recuo salarial que pode atingir a 25% no período. Essa ameaça já provocou protestos em Brasília com mobilizações de docentes e de servidores públicos federais em todo o país. Quem paga a conta é sempre o trabalhador. Isso é uma expressão da crise capitalista que em virtude de seus contornos estruturais exige sempre uma desforra sobre os que geram a riqueza. Assim, mirar o exemplo dos trabalhadores de Portugal e Grécia que lutam e resistem à ofensiva do capital é a única alternativa para evitar que a ciranda continue. Ou vamos ficar de braços cruzados?

Temos que participar dos processos eleitorais, valorizá-los e não permitir retrocessos às nossas conquistas democráticas, que só se aprofundarão se mantivermos a continuidade das lutas por nossos direitos e condições de trabalho e por uma universidade pública e gratuita. Mais do que nunca, é necessário reaglutinar forças, recompôr objetivos e ir adiante para novas conquistas.

A Diretoria

Eleições no ANDES-Sindicato Nacional

“A chapa 1 - ANDES Autônoma e Democrática, que concorre à eleição do Sindicato Nacional - é composta por oitenta e três docentes que acreditam no protagonismo do conjunto dos professores na luta por um outro projeto de universidade, projeto este construído e permanentemente reavaliado há quase três décadas. A prioridade conferida às lutas em prol de nossa concepção de universidade pública resulta da avaliação de que o ethos mercantil se difundiu por todas as esferas da vida acadêmica e de que, por mais que cada docente busque uma prática coerente com os valores éticos e políticos que fundamentam nosso projeto de universidade pública, não será possível reverter a mercantilização sem uma ampla mobilização do conjunto dos docentes.

Essa é uma tarefa que nada tem de simples. Nas três últimas décadas, a universidade brasileira foi profundamente modificada. O crescente empresariamento da educação, as parcerias público-privadas, a assimilação, pelos governos, das agendas bancomundialista e de Bolonha requerem novas leituras sobre a problemática da educação superior. O Andes-SN é um espaço privilegiado para essa releitura e para pensar, à contracorrente, em um projeto que reafirme o público em face do privado-mercantil.

Mas lutar pela desmercantilização dos direitos sociais não é possível sem enfrentar o particularismo da sociedade do capital. Por isso, a legitimidade e a história do Andes-SN são obstáculos adicionais a serem removidos pelas forças que implementam a agenda neoliberal, agora em sua feição social-liberal. Os intentos de golpear o Andes-SN vão do patrocínio de frações dentro e fora do Estado a uma organização oficialista, que almeja legitimar a farsa de negociações do “governo com ele mesmo”, ao esforço permanente de interditar o avanço na agenda do Sindicato Nacional, postergando toda negociação efetiva com a entidade que forjou sua legitimidade na história.

Esses ataques não objetivam apenas debilitar o Andes-SN, mas, antes, silenciar a voz dos professores universitários brasileiros. Por isso, priorizaremos a unidade do movimento docente organizado no Andes-SN de forma autônoma em relação ao Estado, às administrações universitárias e aos partidos políticos.

Mas, o vigor e a força política de nosso sindicato somente podem ser assegurados com o protagonismo dos professores na vida cotidiana do sindicato. Acreditamos na democracia como princípio basilar do Andes-SN e, é claro, reafirmamos o autogoverno como uma condição da democracia. Seu voto é importante como um gesto da participação da categoria nos destinos de sua organização”.

Marina Barbosa Pinto, candidata à presidência pela Chapa 1 – ANDES Autônoma e Democrática

Expediente

Travessia é uma publicação mensal da Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora - APESJF/SSind.

Prof^o. Dálvio Dias - Faculdade de Economia e Administração -
 Prof^a. Ana Livia de Souza Coimbra - Faculdade de Serviço Social
 Prof^o. Márcio Antônio de Oliveira - Aposentado
 Prof^a. Alice Monteiro Mayer - Faculdade de Educação Física
 Prof^a. Roselene Perlatto Bom Jardim - ICH
 Prof^o. Rubens Luiz Rodrigues - Faculdade de Educação
 Prof^a. Maria de Fátima G.M.K. Patrício - C.A. João XXIII

Presidente
 Vice-Presidente
 Secretário Geral
 1^a Secretária
 2^a Secretária
 1^o Tesoureiro
 2^o Tesoureiro

Redação e diagramação: Daniel Goulart / e projeto gráfico: Luiz Felipe Falcão /
 Jornalista responsável: Daniel Goulart - Reg. 6083 DRT MG / Tiragem 1000 exemplares
 / Campus da UFJF, bairro Martelos, CEP 36036-900 Tel/Fax: (32) 3215-1286 /

Setor propõe eixos para Campanha Salarial 2010

Por Najla Passos ANDES-SN

Manter a luta “por uma única linha no contracheque” e reivindicar o arquivamento do Projeto de Lei Complementar nº 549/09, que congela os salários dos servidores públicos federais por dez anos. Estes são os principais eixos da proposta para a Campanha Salarial 2010, aprovada pelos docentes que participaram

da reunião do Setor das Federais, nos dias 16 e 17/4, em Brasília, no auditório da sede do ANDES-SN.

Agora, a proposta seguirá para apreciação da base da categoria de todas as regiões do país, por meio das assembleias gerais que serão realizadas pelas Seções Sindicais do ANDES-SN.

As assembleias gerais deverão definir também as pautas locais

dos docentes de cada instituição federal de ensino superior.

Pela proposta aprovada na reunião do Setor, os docentes deverão reafirmar os pontos da pauta de reivindicações de 2009, que já se encontra protocolada no governo federal, atualizando as tabelas remuneratórias propostas e incluindo a luta contra o PLP-549/09.

A atualização das tabelas será solicitada ao

GT Verbas do ANDES-SN. Já a luta pelo arquivamento do projeto de lei que prejudica os serviços públicos deverá ser empreendida em conjunto com as demais entidades que fazem parte da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Públicos – CNESF.

Como uma das formas de luta contra o PLP-549/09, os docentes propõem a construção de um abaixo-assinado que

seja trabalhado na base da CNESF, exigindo o seu arquivamento.

Na pauta específica da categoria, consta ainda a reivindicação de que o governo federal, atendendo à vinculação constitucional de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino público, aplique um índice nunca menor do que 18% da receita líquida resultante de impostos e contribuições do seu orçamento.

Informes

PLP 549/09

O Colegiado Pleno do Conselho Universitário da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG aprovou, na terça-feira (27/4), por unanimidade, uma moção contrária ao PLP 549/09, que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal e poderá resultar em 10 anos de congelamento de salários para os servidores públicos federais.

A moção será encaminhada a todos os parlamentares federais da Paraíba.

UNB em greve

Em reunião do Comando de Greve Unificado, ocorrida em 29/04, professores e servidores técnico-administrativos da UNB decidiram pela manutenção da greve que teve início em 09/03.

Corte de 26,05%

O objetivo da greve é assegurar o pagamento da Unidade de Referência de Preços (URP), cujo corte foi determinado pelo Ministério do Planejamento no ano passado. A URP representa cerca de 26,05% dos salários de professores e técnicos que, desde o final do ano passado, convivem com incertezas sobre seus vencimentos.

APES - ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE ENSINO SUPERIOR J.FORA
CAMPUS UNIVERSITÁRIOS DA UFJF, S/N - MARTELOS - CEP 36101-000 - JUIZ DE FORA - MG
TEL./FAX (032)3215-1286
CNPJ 20.429.536/0001-34 - INSCR. ESTADUAL ISENTO - CMC 02580-1
REGISTRO LIVRO A-3 FOLHA 135 - Nº 457 EM 28/11/78 - CARTÓRIO LAURA FIGUEIREDO

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS	
DEZEMBRO/2009	
RECEITAS	108.826,00
FIXAS	106.185,68
Contr. Dos Sindicalizados	106.185,68
VARIÁVEIS	2.276,91
Mens Ch Apes	0,00
Patrocínio	0,00
Outras Receitas	0,01
Rendimentos Financeiros	1.886,90
Taxa de Administração	0,00
Aluguel	380,00
RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	0,00
Venda Bem Ativo Permanente	0,00
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	363,41
Bar Apes	0,00
Recuperação Baile	0,00
Recuperação Despesas	363,41
DESPESAS	94.014,13
RECURSOS HUMANOS	35.946,69
EMPREGADOS COM VÍNCULO	22.895,40
13º Salário	10.713,71
Anuênio	1.155,77
Assistência Médica	25,74
Farmácia	0,00
Férias	1.353,76
Gratificação	1.409,40
PAT	703,03
Pis s/ folha	192,81
Resscisões	0,00
Salários	7.053,05
Uniformes e Equip.Segurança	0,00
Vale Transporte	408,13
ENCARGOS SOCIAIS	7.721,29
F.G.T.S.	1.461,71
IN.S.S.	6.229,58
ASSESSORIAS	5.230,00
Contábil	3.070,00
Jurídica	2.160,00
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	0,00
Impostos e Taxas	0,00
Iptu	0,00
DESPESAS FINANCEIRAS	1.373,06
Bancária	1.373,06
Juros Passivos	0,00
INFRA-ESTRUTURA DA SEÇÃO SIND.	28.473,48
Água, Luz	0,00
Alimentação	122,53
Aluguel	0,00
Bens Móveis	0,00
Brindes	14.364,00
Combustíveis e Lubrificantes	20,01
Condomínio	274,45
Conservação e Reparos	0,00
Contratamento	464,67
Depreciações e Amortizações	6.828,92
Despesas Postais	1.487,63
Doações	500,00
Estacionamento	5,52
Manutenção de Equipamentos	0,00
Material de Consumo	82,92
Material de Escritório	1.189,00
Material de Limpeza	176,48
Outras	1.461,01
Publicações	0,00
Seguro	0,00
Serv Prest. Pessoa Física	0,00
Serv Prest. Pessoa Jurídica	437,21
Suprimentos p/informática	0,00
Telefone/Fax/Internet	1.049,40
Transporte	10,00
Xerox	0,00
COMUNICAÇÃO E IMPRENSA	0,00
Assinatura de Jornais/Revistas	0,00
PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS	5.890,96
CONGRESSOS/CONAD/CONEDS	5.890,96
Diárias	0,00
Passagens	5.890,96
SETOR IFES	0,00
Diárias	0,00
Passagens	0,00
REPASSES	22.329,94
Andes SN	21.234,07
Andes Mobilização	246,50
Andes Solidariedade	849,37
Ratão Andes	0,00
REUNIÃO GTS	0,00
Diárias	0,00
Hôtel	0,00
Passagens	0,00
PERDAS PATRIMONIAIS	227,52
Baixa do Ativo Imobilizado	227,52
RESULTADO DO MÊS	14.811,87

APES - ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE ENSINO SUPERIOR J.FORA
AV. GETÚLIO VARGAS, 783 - A - CENTRO - CEP 36013-011 - JUIZ DE FORA - MG
TEL./FAX (032)3215-1286
CNPJ 20.429.536/0001-34 - INSCR. ESTADUAL ISENTO - CMC 02580-1
REGISTRO LIVRO A-3 FOLHA 135 - Nº 457 EM 28/11/78 - CARTÓRIO LAURA FIGUEIREDO

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS	
JANEIRO/2010	
RECEITAS	56.400,62
FIXAS	53.188,19
Contr. Dos Sindicalizados	53.188,19
VARIÁVEIS	3.168,78
Mens Ch Apes	0,00
Patrocínio	0,00
Outras Receitas	0,11
Rendimentos Financeiros	1.989,67
Taxa de Administração	0,00
Aluguel	380,00
Descontos Obtidos	800,00
RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	0,00
Venda Bem Ativo Permanente	0,00
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	103,65
Bar Apes	0,00
Recuperação Baile	0,00
Recuperação Despesas	103,65
DESPESAS	60.083,65
RECURSOS HUMANOS	25.794,14
EMPREGADOS COM VÍNCULO	17.424,20
13º Salário	0,00
Anuênio	944,63
Assistência Médica	25,74
Contribuição Sindical	41,30
Cursos	0,00
Férias	5.679,97
Gratificação	1.432,65
PAT	2.900,69
Pis s/ folha	109,52
Resscisões	0,00
Salários	5.853,95
Uniformes e Equip.Segurança	0,00
Vale Transporte	337,29
ENCARGOS SOCIAIS	4.706,40
F.G.T.S.	1.135,05
IN.S.S.	3.571,35
ASSESSORIAS	3.695,00
Contábil	1.535,00
Jurídica	2.160,00
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	0,00
Impostos e Taxas	0,00
Iptu	0,00
DESPESAS FINANCEIRAS	1.341,23
Bancária	1.292,28
Juros Passivos	44,95
INFRA-ESTRUTURA DA SEÇÃO SIND.	7.467,29
Água, Luz	0,00
Alimentação	130,20
Aluguel	0,00
Condomínio	253,45
Conservação e Reparos	0,00
Contratamento	0,00
Despesas Postais	933,67
Depreciações e Amortizações	0,00
Doações	600,00
Estacionamento	0,00
Manutenção de Equipamentos	2.369,00
Material de Consumo	0,00
Material de Escritório	979,50
Material de Limpeza	220,32
Outras	350,00
Publicação	0,00
Seguro	0,00
Serv Prest. Pessoa Jurídica	497,24
Suprimentos p/informática	0,00
Telefone/Fax/Internet	1.142,58
Transporte	0,00
Xerox	1,27
COMUNICAÇÃO E IMPRENSA	0,00
Assinatura de Jornais/Revistas	0,00
PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS	14.173,00
CONGRESSOS/CONAD/CONEDS	14.173,00
Passagens	7.773,00
Diárias	6.400,00
REPASSES	11.308,19
Andes SN	10.634,56
Andes Mobilização	248,25
Andes Solidariedade	425,38
Eleição Andes	0,00
RESULTADO DO MÊS	(3.623,23)

APES - ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE ENSINO SUPERIOR J.FORA
AV. GETÚLIO VARGAS, 783 - A - CENTRO - CEP 36013-011 - JUIZ DE FORA - MG
TEL./FAX (032)3215-1286
CNPJ 20.429.536/0001-34 - INSCR. ESTADUAL ISENTO - CMC 02580-1
REGISTRO LIVRO A-3 FOLHA 135 - Nº 457 EM 28/11/78 - CARTÓRIO LAURA FIGUEIREDO

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS	
FEVEREIRO/2010	
RECEITAS	55.752,42
FIXAS	53.260,69
Contr. Dos Sindicalizados	53.260,69
VARIÁVEIS	2.108,88
Mens Ch Apes	0,00
Patrocínio	0,00
Outras Receitas	59,01
Rendimentos Financeiros	1.669,87
Taxa de Administração	0,00
Aluguel	380,00
Descontos Obtidos	0,00
RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	0,00
Venda Bem Ativo Permanente	0,00
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	382,85
Bar Apes	0,00
Recuperação Baile	0,00
Recuperação Despesas	382,85
DESPESAS	56.311,79
RECURSOS HUMANOS	35.134,70
EMPREGADOS COM VÍNCULO	14.424,20
13º Salário	274,83
Anuênio	1.109,50
Assistência Médica	25,74
Contribuição Sindical	0,00
Cursos	0,00
Férias	3.069,26
Gratificação	1.409,40
PAT	1.197,00
Pis s/ folha	156,72
Resscisões	892,61
Salários	5.765,38
Uniformes e Equip.Segurança	0,00
Vale Transporte	523,66
ENCARGOS SOCIAIS	16.870,50
F.G.T.S.	13.897,04
IN.S.S.	2.973,46
ASSESSORIAS	3.840,00
Contábil	1.680,00
Jurídica	2.160,00
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	482,85
Impostos e Taxas	0,00
Iptu	482,85
DESPESAS FINANCEIRAS	1.211,32
Bancária	1.209,80
Juros Passivos	1,52
INFRA-ESTRUTURA DA SEÇÃO SIND.	4.422,88
Água, Luz	0,00
Alimentação	149,71
Aluguel	0,00
Condomínio	268,45
Conservação e Reparos	2,20
Contratamento	0,00
Despesas Postais	1.462,10
Depreciações e Amortizações	0,00
Doações	0,00
Estacionamento	30,75
Manutenção de Equipamentos	0,00
Material de Consumo	33,00
Material de Escritório	223,10
Material de Limpeza	0,00
Outras	338,30
Publicação	0,00
Seguro	0,00
Serv Prest. Pessoa Jurídica	104,85
Suprimentos p/informática	869,00
Telefone/Fax/Internet	941,42
Transporte	0,00
Xerox	0,00
COMUNICAÇÃO E IMPRENSA	0,00
Assinatura de Jornais/Revistas	0,00
PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS	3.737,52
CONGRESSOS/CONAD/CONEDS	3.737,52
Passagens	0,00
Outras	800,00
Diárias	0,00
Ratão	2.937,52
REPASSES	11.322,52
Andes SN	10.649,06
Andes Mobilização	247,50
Andes Solidariedade	425,96
Eleição Andes	0,00
RESULTADO DO MÊS	(559,37)

Eleição para Reitor na UFJF tem chapa única

A eleição para a Reitoria 2010/2014 da Universidade Federal de Juiz de Fora teve apenas uma inscrição de chapa, com o professor Henrique Duque Chaves como candidato à reeleição para Reitor e o professor José Luiz como candidato à reeleição para vice reitor.

Este ano, a eleição para reitor na UFJF traz algumas novidades. Uma delas é a participação dos mais de 4 mil alunos de Educação a Distância (EAD) da UFJF; outra é a avaliação e a aprovação prévia pela Comissão Eleitoral do material de campanha dos candidatos.



Professores fazem inscrição de chapa no auditório da APESJF

De acordo com as normas da Comissão Eleitoral, são eleitores no pleito dos dias 19 e 20/05:

I. Todos os alunos da UFJF regularmente matriculados registrados no SIGA, na data de 23 de abril de 2010, em pelo menos uma disciplina, presencial ou a distância, de cursos aprovados pelo Conselho Superior da UFJF, de graduação, pós-graduação e ensino médio do Colégio de Aplicação João XXIII.

II. Todos os professores integrantes da carreira do magistério da UFJF, em efetivo exercício, bem como os professores visitantes e substitutos, admitidos até a data de 23 de abril de 2010 e com contratos vigentes até a data final de realização do segundo turno eleitoral.

III. Todos os técnico-administrativos em educação do quadro permanente da UFJF, em efetivo exercício, admitidos até a data de 23 de abril de 2010 e com contratos vigentes até a data final de realização do segundo turno eleitoral.

IV. Todos os professores e técnico-administrativos em educação aposentados da UFJF que pertençam a órgãos colegiados ou façam pesquisa vinculadas à Universidade.

Duas novas ações na APESJF

Mandado de Injunção garante contagem especial

O Supremo Tribunal Federal julgou procedente, em agosto de 2009, o mandado de injunção impetrado pelo ANDES-SN que garante vantagens da contagem especial de tempo para efeitos de aposentadoria para os Servidores Públicos Federais que exercem ou exerceram atividades consideradas insalubres. Tal direito, que já é amplamente concedido aos celetistas, estava previsto para os SPFs pela constituição de 1988, sem que no entanto houvesse uma regulamentação. Agora, com a decisão, os docentes filiados à APESJF, que receberam adicional de insalubridade em algum período a partir de dezembro de 1990, poderão entrar em contato com a assessoria jurídica do sindicato, pelo telefone 3216 7890, para que seja feito um requerimento administrativo junto à Pro Reitoria de Recursos Humanos. De acordo com o Mandado, os docentes poderão receber os benefícios do Regime Geral da Previdência.

Segundo este Regime, os trabalhadores que tiveram todo o tempo de serviço em atividades insalubres poderão ter a aposentadoria antecipada aos 25 anos de contribuição. Já aqueles que exerceram apenas alguns anos em atividades insalubres deverão aplicar a

contagem especial e multiplicar estes anos em 1,4 para homens e 1,25 para mulheres.

Outros reflexos do Mandado de Injunção podem incidir sobre o salário, já que com a nova contagem, alguns docentes poderão requerer o abono de permanência, que é um acréscimo salarial concedido a servidores que, mesmo com a possibilidade de aposentadoria, se mantêm trabalhando.

Ainda: aposentadorias proporcionais podem virar integrais e outros docentes poderão pedir a revisão do enquadramento legal, que garanta, por exemplo, a paridade e a integralidade. Por fim, o professor que se aposentou depois de 1996, sem os benefícios do artigo 192, que vigorou até aquele ano, poderá, com a correção do Mandado de Injunção, vir a requerer os benefícios do referido artigo, caso a contagem especial da insalubridade o permita.

É preciso deixar claro ainda que os benefícios do mandado não se estendem aos professores do ensino básico e tecnológico ou do 1º e 2º grau, que tenham a intenção de se aposentar utilizando o tempo exclusivo de magistério na carreira, que é 25 anos de contribuição, pois já são beneficiados com a aposentadoria antecipada.

RT para Aposentados sob Artigo 192

A assessoria jurídica da APESJF está ajuizando também ação para requerer os direitos à correção da RT para professores especialistas e com aperfeiçoamento que se aposentaram durante a vigência do artigo 192 e que, na condição de adjunto 4, passaram a receber os vencimentos da classe imediatamente superior.

Inicialmente esses docentes passaram a receber como Titulares, no entanto, em 2006, foi criada uma classe intermediária, a de Associado. Nessa época, não houve problemas com relação à Retribuição de Titulação já que esta era parte do Vencimento Básico. No entanto, com a

vigência da Lei 11784 de 2008, que instituiu a atual malha salarial, a RT se transformou em gratificação. Nas tabelas remuneratórias apresentadas então não havia valores de RT para Associados com aperfeiçoamento ou especialização. Estes aposentados continuaram então a receber valores de RT de Adjunto 4.

Já que a própria administração pública reconhece que os direitos advindos do artigo 192 devem refletir sobre VB, RT e Gemas, o ajuizamento da ação se torna viável. Para isto, os docentes devem entrar em contato com a assessoria jurídica da APESJF pelo tel. 3216 7890.

Debates

05/5 - às 19h

Anfiteatro do ICH

13/5 - 9h

Anfiteatro do HU Santa Catarina

17/5 - 9h

Anfiteatro do CCS

Voto direto foi conquista da comunidade da UFJF

Em meio ao movimento de redemocratização do país, no fim da década de 70, momento que a comunidade universitária começou a se organizar, visando as transformações necessárias à instituição, a defesa da Autonomia Universitária já era uma das principais questões dessa luta. Neste contexto, o embate pelo estabelecimento da democracia direta na escolha para o Reitor fez parte naturalmente de sua história e ainda é defendida como importante conquista.

Em 1984, ainda sob os ventos do último governo da ditadura militar, a UFJF realizou a primeira eleição para Reitor, ainda sem o compromisso do Conselho Universitário em respeitar os resultados do pleito. Por isso mesmo, o processo foi de uma maneira geral conflituoso.

O regulamento das

eleições, nesta época, não vedava a candidatura de estudantes e funcionários ao cargo de Reitor o que de fato ocorreu. O tipo de voto utilizado foi o proporcional, com peso de 50% para Docentes e 50% para Estudantes e Técnicos Administrativos. Em outubro de 1984, a comissão eleitoral, composta de estudantes e professores, deflagrou o processo, colocando as urnas no campus, recolhendo mais de nove mil votos de toda a comunidade. Com o resultado em mãos, a comissão enviou a relação dos seis candidatos mais votados ao Colégio Eleitoral, já que a lista sêxtupla era uma exigência da legislação vigente (Lei nº 5540). A professora Margarida Salomão foi a mais votada, seguida dos professores Clélia Miranda de Castro, José Henrique Delvaux de Oliveira, José Geraldo Teixeira, Gláucio Mendes Franco e Gilvan

Procópio Ribeiro.

Em três conturbadas reuniões, com protestos da comunidade universitária e manobras do Colégio Eleitoral, este rejeitou quatro dos nomes mais votados, não respeitando o resultado obtido nas urnas.

Durante seis meses, a comissão tentou fazer com que o MEC devolvesse a lista enviada, o que não ocorreu.

A nomeação do prof^o Sebastião Marsicano Ribeiro, que foi incluído na lista sêxtupla pelo Colégio Eleitoral, surpreendeu a todos, já que seu nome nem sequer constava da relação dos candidatos votados pela comunidade.

Com a continuidade da luta democrática dentro da UFJF, aliada ao teor conciliatório da reitoria, em 1985, o movimento obteve uma grande vitória com a realização de eleições diretas para Diretores de Unidade.

“O PFL não vai abrir mão de indicar o reitor”

“O PFL não vai abrir mão do cargo de Reitor da UFJF”, assim começava uma matéria da Tribuna da Tarde de abril de 1988. A frase dá a idéia de como, poucos anos após o fim da ditadura, ainda era inexistente o respeito à autonomia da universidade.

O fato de um representante de um partido de

Juiz de Fora dizer na matéria “não respeitar este tipo de escolha (eleição direta)”, ajudou a esquentar o debate dentro da UFJF e desencadeou uma onda de protestos dos três segmentos. O fato é que a eleição se deu e a comunidade universitária elegeu o professor Eduardo Miguel Passarella Freire, utilizando-se do voto paritário, com 33% de

peso para cada segmento. Os debates foram acalorados, com ampla participação da comunidade e com a tentativa dos estudantes em implementar o voto universal: uma cabeça, um voto. A partir do pleito de 1988, o Consu manteve a tradição de acatar os resultados da consulta democrática na UFJF.

Uma conquista a ser preservada

Alguns meses após empossado, o reitor eleito em 1988 renunciou e, ainda em 1989, o Prof^o José Passini, como vice-reitor, assumiu o cargo. No entanto, a legislação exigia a realização de novas eleições, já que havia menos de dois anos daquela gestão. Passini então se licenciou, se candidatou e venceu as eleições, assumindo o cargo em setembro 1990.

Em 1994, a UFJF seguiu em sua tradição democrática elegendo o professor René Gonçalves para Reitor e em 1998, a prática da escolha direta na UFJF já estava consolidada.

O governo Fernando Henrique Cardoso, em 1995 (Lei 9192/95), já havia introduzido algumas modificações na

legislação, determinando o fim da lista sêxtupla, trocada pela lista tríplice, além da possibilidade de reeleição do reitor. Na eleição de 1998, a professora Margarida Salomão foi a mais votada, vencendo novamente em 2002 como candidata única.

Em 2006, as eleições para a Reitoria foram das mais disputadas, com realização de inúmeros debates que movimentaram toda a comunidade, ressaltando as principais questões do dia a dia da UFJF. Neste pleito, ocorreu a utilização do segundo turno, em que os candidatos participaram de nova rodada de debates e disputaram voto a voto a preferência do eleitorado. Outra novidade foi o uso de urnas

eletrônicas, pelo menos no segundo turno, cedidas pelo TRE.

Há que se destacar, em todo este processo, o trabalho intenso das diversas comissões eleitorais formadas pelos três segmentos da UFJF, que ajudaram a garantir e solidificar o processo, dando voz à comunidade.

Ao aplicar a democracia direta, a UFJF possibilitou o conhecimento das propostas concretas, dando visibilidade para que a comunidade universitária possa cobrar, de seus dirigentes, compromissos, posturas e definições prévias sobre a atuação frente à universidade.

Uma conquista a ser preservada.

Foto APESJF arquivo



Processo eleitoral em 1988

Foto APESJF arquivo



Processo eleitoral em 1989

Foto Daniel Goulart



Votação em 2006

Foto Daniel Goulart



Instalação da Comissão Eleitoral 2010

Servidores protestam em Brasília contra PL 549/09

A Esplanada dos Ministérios foi palco de mais uma luta em defesa do serviço público. Desta vez, cerca de 2 mil pessoas participaram do evento em 15/4, coordenado pela Confederação Nacional das Entidades de Servidores Públicos - CNESF, em protesto contra a ameaça representada pelo Projeto de Lei 549. A proposta, na prática, congela os vencimentos dos Servidores Públicos Federais até 2019 e realiza um verdadeiro desmonte do serviço Público no Brasil (Veja estudo na página 7).

Diversos manifestantes de várias entidades deram voz às reivindicações contra os projetos que ameaçam o serviço público que, além do congelamento de salários, preconizam o impedimento de novos concursos e extinção de contribuições financeiras que

garantem o funcionamento do serviço público.

Docentes das Instituições Federais de todo o país marcaram sua presença com a participação do ANDES-SN. No coração de Brasília, os servidores da educação, saúde, justiça, meio ambiente, que compõem a CNESF e estudantes de diversos estados se reuniram, pediram passagem com bandeiras, faixas, apitos, cornetas e voz e seguiram em caravana até o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o do Desenvolvimento Social.

O representante do ANDES-SN, Hélio Cabral, agradeceu o empenho das entidades que construíram o ato e daqueles que deram apoio. "Nós, do ANDES-SN, acreditamos na luta unificada e vamos conseguir barra o PLP".



Servidores protestam na câmara dos deputados contra a aprovação do PL 549/09

Deputados apóiam

O ato também contou com a presença de deputados federais que aceitaram o convite das entidades como Luciana Genro (PSOL-RS), Paulo Rubem Santiago (PDT-PE) e Luiz Carlos Bussato (PDT-RS), relator do PLP 549/2009.

Segundo a deputada, em 2009, os juros e amortização da dívida consumiram cerca de R\$ 300 bilhões que o país pagou aos especuladores, banqueiros e aos que ganham comprando títulos da dívida pública. "A luta

contra o PLP 549 precisa ser de todos os servidores públicos e trabalhadores porque ele é prejudicial aos que dependem dos recursos públicos para exercer seu trabalho".

Apesar da aprovação do PLP 549 pelo Senado, a deputada garante que, na Câmara dos Deputados, ele será barrado. "Nós vamos buscar o apoio das demais bancadas que têm compromisso com os servidores públicos, independentemente do partido a que estão vinculadas.

Repúdio ao PL

No final do ato, cerca de 150 pessoas, representantes e lideranças de diversas entidades seguiram para o Congresso Nacional. No auditório Nereu Ramos, receberam a visita de mais deputados que confirmaram seu repúdio ao PLP 549, como o deputado Mauro Nazif (PSB-RO). Ele disse acreditar que proposta do projeto vai de encontro aos anseios dos servidores. "Além de ser contrário, por trás pode estar também o desmonte do serviço público".

Um requerimento foi

encaminhado pelo deputado à Câmara dos Deputados para a retirada e o arquivamento do PLP 549. "Muitos dos deputados ainda não estão cientes desse projeto, mas à medida que vão se inteirando, há uma sentimento de preocupação e desaprovação por parte dos parlamentares. Ele tem tudo para não prosperar na Câmara dos Deputados". O relator do PLP 549, Luiz

Carlos Bussato, reforçou, no auditório Nereu Ramos, sua posição e apelo aos manifestantes para que continuem a luta.

Fonte ANDES-SN

Eleição no ANDES ocorre em 11 e 12/05

A eleição da Diretoria do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior ANDES-SINDICATO NACIONAL, para o Biênio 2010/2012, vai se realizar nos dias 11 e 12/05. Veja no quadro onde ficarão as urnas na UFJF.

A chapa Chapa 1 - Andes Autônoma e Democrática" tem à frente a professora Marina Silva, como candidata a presidente da entidade, e o professor Márcio Antônio de Oliveira, atualmente na diretoria da APESJF como candidato a Secretário Geral.

Nestes tempos de ataque às organizações sindicais dos trabalhadores, em que o incentivo ao divisionismo tem sido uma prática governamental, o bom comparecimento às urnas reveste-se de grande importância para o fortalecimento das lutas em defesa da educação e de melhores condições salariais e de trabalho.



Docentes apresentam chapa no último congresso do ANDES-SN

Urnas na UFJF

IAD
Engenharia
ICE
ICB
ICH
Letras
Educação Física
Estudos Sociais
Serviço Social

Educação/Facom
Bioquímica
Odontologia
Enfermagem
HU
João XIII
IFET
APESJF

Participe!!

Projeto ameaça congelar salários por dez anos



Aprovado por unanimidade pelo Senado no final de 2009, o Projeto de Lei Complementar (PL) 549/09 limita gastos com pessoal no setor público já foi distribuído às comissões temáticas na Câmara para análise e votação em Segunda instância. Analistas políticos acreditam que mesmo com ano eleitoral, a ameaça é iminente já que o governo tem dado prioridade à aprovação do projeto.

O Projeto de Lei limita os acordos que estão em andamento, determina que o aumento das despesas com pessoal até 2019 ficará limitado

ao reajuste, com base na inflação do ano anterior, mais 2,5% do aumento real da folha de pagamento.

Na prática o que ocorre é o congelamento salarial dos Servidores Públicos por dez anos, já que o tal "aumento real" é menor que o crescimento "vegetativo" da folha de pagamento, que é derivado das progressões etc.

Além disso, o PL compromete investimentos básicos como correção do vale-alimentação, planos de saúde e até mesmo serviços de infraestrutura, como reformas nos prédios públicos e materiais de

escritório, além de limitar a realização de novos concursos.

O arrocho salarial previsto, caso PL 549/09 seja aprovado, vai se juntar a um verdadeiro desmonte do serviço público no país, já que vai impor limites às despesas com pessoal e encargos sociais da União e com obras, instalações e projetos de construção de novas sedes, ampliações ou reformas da Administração Pública.

A matéria está em discussão na Comissão de Trabalho da Câmara sob a relatoria do deputado Luiz Carlos Busato (PTB-RS).

Recuo salarial pode ser de 25%

Segundo informações do Assessor Econômico Washigton Lima, em entrevista concedida ao Luta Fenajufe Notícias de março de 2010, os salários dos Servidores Públicos Federais poderiam sofrer um recuo de cerca de 25% ao final de dez anos de aplicação do PL 549/09.

Lima elaborou cálculo retroativo desde 2000 até 2009, portanto por dez anos, utilizando os critérios

do projeto. Nesse estudo, ele comprova que a folha de pagamento da União seria reduzida em R\$ 38,8 bilhões, passando de R\$ 153,1 bilhões, que foi o valor liquidado em 2009, para R\$ 114,2 bilhões. Ou seja, o valor da remuneração de cada servidor, ativo ou inativo, deveria diminuir em mais de um quarto ou, mais precisamente, em 25,37%.

Significa afirmar hoje, que se um servidor

ganha R\$ 1.000,00, sua remuneração deveria ser de R\$ 746,31 se o PLS-611/07 (ou PLP-549) tivesse sido aplicado nos últimos dez anos.

Evidentemente, esse é um cálculo que considera a involução média dos salários da União, não considerando, portanto, as variáveis entre os Três Poderes, entre si, e também em relação às Três Esferas. Veja abaixo alguns números do estudo.

Comportamento da Folha de Pagamento e Salários da União

Aplicação hipotética do PLS-611/07 (2.000 x 2.009)

Variáveis	2000	2009	Perda	Redução %
Folha Pagamento União	R\$ 153,1 bilhões	R\$ 114,2 bilhões	R\$ 38,8 bilhões	25,37
Salário 1	R\$ 1.000,00	R\$ 746,31	R\$ 253,69	25,37
Salário 2	R\$ 7.000,00	R\$ 5.224,10	R\$ 1.775,90	25,37

Pec 341 ameaça direitos trabalhistas

O movimento docente, em conjunto com os SPFs e a classe trabalhadora, está mobilizado também contra a PEC 341, apresentada pelo deputado Regis de Oliveira (PSC/SP), que retira da constituição federal direitos trabalhistas, previdenciários, dos servidores, sindicais, entre outros.

Tendo como desculpa o enxugamento da Constituição, a PEC se constitui o novo sonho dos neoliberais, que consideram a carta de 1988 um entrave ao desenvolvimento do país.

A PEC 341/09, que aguarda votação do parecer favorável à sua admissibilidade na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da

Câmara, reduz de 250 para 60 os artigos permanentes da Constituição, e de 95 para apenas um os artigos das Disposições Transitórias, retirando do texto constitucional todos os direitos e garantias que implicam despesas para empresas ou para o Estado, remetendo tudo para a lei.

de Olho

Estamos

O relator do PL 549 no Congresso Nacional, deputado Luís Carlos Busato (PTB-RS), disse a representantes dos Servidores Públicos

Federais, que não vai dar seu parecer final sem antes realizar um amplo debate com as entidades representativas. Os SPFs aguardam

Serviço público tem reduzido gastos

Vilão preferido do discurso neoliberal, o serviço público, ao contrário do que pregam pensadores e analistas econômicos, tem ocupado cada vez menos espaço nas despesas do país.

Segundo números da CNESF, em 2009, os juros e amortizações da dívida pública consumiram quase 36% do orçamento federal (mesmo excluindo-se a "rolagem"), enquanto foram destinados menos de 3% para educação, menos de 5% para saúde, e percentuais mínimos para as demais áreas sociais fundamentais.

Em 2003, quando Lula assumiu a Presidência da República, o Brasil pagava quase R\$ 150 bilhões aos especuladores, enquanto ao

funcionalismo eram destinados pouco mais de R\$ 70 bilhões.

Já, em 2009, quase ao fim do segundo mandato de Lula, o gasto com o pagamento das dívidas interna e externa explodiu espantosamente, atingindo a incrível cifra de quase R\$ 380 bilhões.

Neste mesmo período, os gastos com pessoal do serviço público não chegaram a R\$ 165 bilhões.

Ou seja, no período de 1995-2009, enquanto os gastos com pagamento de banqueiros e agiotas (dívida pública) aumentou em mais de 8 vezes, os gastos com pessoal aumentou apenas 3,5 vezes.

Via São Pedro ou BR 440?

O que é melhor para o desenvolvimento de Juiz de Fora?

COMITÊ DIGA NÃO À BR 440

Ao ler a matéria sobre a BR 440, nos jornais de 6ª feira, dia 16/04, só podemos concordar com a afirmação: “Juiz de Fora enfrenta grandes desafios urbanos”. A obviedade é, entretanto, oportuna e nos leva a considerar o quanto é obsoleta a reedição de um projeto de 1978. Naquele momento, na parte alta da cidade, existia apenas a comunidade de São Pedro, com suas características sócio-culturais. Naquela época a estrada não passaria dentro do bairro e sim pelo seu entorno. Hoje, a chamada cidade alta, com mais de trinta bairros e vários condomínios, extrapola, e muito, o adensamento ambiental que àquela época possibilitava pensar-se no referido projeto.

Uma via nesse local tem que ser pensada como meio de ligação moderna entre os bairros dessa complexa cidade que ali se formou. Tem que ser pensada não só em função da melhoria do fluxo do tráfego de automóveis, mas da melhoria da mobilidade das pessoas que ali moram, trabalham e estudam. E, o que é muito importante: tem que ser projetada de forma a garantir o mínimo de impacto ambiental e compensações que suavizem as intervenções que ferirem o que hoje se colocam como essenciais ao futuro das cidades: os mananciais de água e a mata que as protegem. As imagens que temos visto, em consequência das últimas chuvas, falam por si e nos alertam para os perigos ambientais a que estamos sujeitos quando transgredimos seus códigos legais.

Essa estrada, agora transformada numa rodovia

federal, com quatro faixas cortando a cidade alta ao meio, segmenta o atual espaço urbano, desconstruindo a sociabilidade tecida por pessoas e famílias que ali formaram a história daquela comunidade; coloca em risco os mananciais que abastecem, de graça, a represa de São Pedro e destruirá um trecho importante de remanescente da mata atlântica; aumenta a vulnerabilidade, dos bairros abaixo, a enchentes. Essa estrada tem que ser repensada sob pena desta administração municipal ser responsabilizada por um desastre social e ambiental sem precedentes na história recente de Juiz de Fora.

Ao contrário do que pensam as pessoas mal esclarecidas ou mal intencionadas, o que queremos é o progresso e o desenvolvimento sustentável, aquele preconizado pelos que enxergam o mundo e a sua cidade com olhos inteligentes porque miram o futuro a partir do conhecimento pleno de contemporaneidade.

Àqueles que dizem querer o progresso, o desenvolvimento, o novo, perguntamos: por que abraçar um projeto de estrada velho, travestido com o nome de “BR 440”? Melhor não seria buscar um projeto de anel viário realmente inovador, que viabilize o acesso à BR 040 sem ferir a legislação ambiental e que não cometa o crime de desapropriar parcela significativa da população que não terá para onde ir com o pequeno montante a ser pago pela Prefeitura? Um projeto com um custo quatro vezes menor do que esta BR de 120 milhões? Ah!, perdão, íamos nos esquecendo: este projeto novo já existe e a Prefeitura sabe disso. Então, a quem interessa, de fato, um projeto de custos tão altos em ano eleitoral?

